****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 44, Ano 67 quarta-feira**

**09 de Março de 2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 61.115, DE 8 DE MARÇO DE 2022**

Declara de utilidade pública as entidades que especifica.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e à vista do que consta dos processos administrativos nºs 6010.2021/0004265-1, 6010.2021/0003804-2,

6010.2021/0003582-5,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, nos termos da Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955, com alterações posteriores, as seguintes entidades sediadas no Município de São Paulo:

I – CLUBE DE MÃES RAIOS DE LUAR, CNPJ nº

61.587.333/0001-53;

II – MOVIMENTO UNIFICADO DE DEFESA DA CRIANÇA E

ADOLESCENTE DE RUA - MUDAR, CNPJ nº 71.738.645/0001-74;

III - UNIÃO COMUNITÁRIA DE MULHERES DO JARDIM

NAIR, CNPJ nº 02.176.231/0001-86.

Art. 2º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 8 de março de 2022, 469º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 8 de março de 2022.

**DECRETO Nº 61.116, DE 8 DE MARÇO DE 2022**

Altera parcialmente a estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda e introduz modificações no Decreto nº 58.030, de 12 de dezembro de 2017.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal, da Secretaria Municipal da Fazenda, fica parcialmente reorganizada nos termos deste decreto.

Art. 2º Ficam suprimidas da estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda as seguintes unidades da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal – SUPOM:

I - o Núcleo de Elaboração de Normas e de Estudos Orçamentários – NEO;

II - a Divisão de Movimentação Orçamentária – DIMOV, da Coordenadoria do Orçamento – CGO;

III - a Divisão de Controle das Alterações Orçamentárias –

DICOR, da Coordenadoria do Orçamento – CGO.

Art. 3º Em decorrência do disposto no artigo 2º deste decreto, as atribuições, os bens patrimoniais, acervo, pessoal, serviços, contratos e recursos orçamentários ficam transferidos na seguinte conformidade:

I - no que se refere ao inciso I do artigo 2º deste decreto, para a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SUPOM;

II - no que se refere aos incisos II e III do artigo 2º deste decreto, para a Coordenadoria do Orçamento – CGO.

Art. 4º Fica com a denominação alterada, na Coordenadoria de Planejamento – COPLAN, a Divisão de Projeções do Gasto Público – DIPROJ, para Divisão de Projeções Orçamentárias – DIPROJ.

Art. 5º O artigo 7º do Decreto nº 58.030, de 12 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação, alterados

o inciso I e a alínea “b” do inciso II:

“Art. 7º .......................................................................

................

I - Coordenadoria do Orçamento – CGO;

....................................................................................

.................

II - ...............................................................................

................

....................................................................................

................

b) Divisão de Projeções Orçamentárias – DIPROJ;

....................................................................................

......” (NR)

Art. 6º O artigo 59 do Decreto nº 58.030, de 12 de dezembro de 2017, passa a vigorar acrescido dos incisos VIII, IX, X, XI, e XII, na seguinte conformidade:

“Art. 59. ......................................................................

...............

....................................................................................

.................

VIII - produzir documentos técnicos e legais no âmbito de sua área de atuação;

IX - promover instrução contínua, interna e externa, relativamente à legislação aplicada a assuntos correlatos às atividades de planejamento e orçamento municipal;

X - formular e promover a implementação de políticas e diretrizes relativas ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária;

XI - produzir e divulgar material instrutivo sobre assuntos de competência de sua competência;

XII - acompanhar a legislação que disciplina as atividades de sua área de competência.” (NR)

Art. 7º O artigo 60 do Decreto nº 58.030, de 12 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a alteração do inciso VII e acrescido dos incisos IX, X, XI e XII, nos seguintes termos:

“Art. 60. ......................................................................

...............

VII - promover a análise, o julgamento e as respectivas movimentações orçamentárias propostas pelas unidades;

....................................................................................

.................

IX - promover os ajustes orçamentários iniciais de cada exercício, de modo a possibilitar a adequada execução dos orçamentos setoriais;

X - acompanhar a execução orçamentária;

XI - analisar e manifestar-se perante a SUPOM sobre as solicitações de disponibilidade orçamentária;

XII - orientar nos assuntos relativos à execução da programação orçamentária, observadas as diretrizes emitidas pela SUPOM.” (NR)

Art. 8º O artigo 64 do Decreto nº 58.030, de 12 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a alteração dos incisos I, II, III,

IV, V, VI, VII e VIII, nos seguintes termos:

“Art. 64. ......................................................................

...............

I - desenvolver propostas, sob a ótica orçamentária, de soluções e alternativas que promovam o aperfeiçoamento de políticas, projetos e atividades da Administração Pública Municipal, bem como a racionalização, a transparência e a qualificação do gasto público, de modo a lograr incremento na qualidade e eficiência dos bens e serviços públicos disponibilizados à população paulistana;

II - propor ações voltadas ao contínuo aprimoramento da adequação das Leis Orçamentárias Anuais e das

Leis de Diretrizes Orçamentárias ao Plano Plurianual, bem como ao Programa de Metas e aos demais instrumentos de planejamento municipais;

III - conduzir os processos participativos de elaboração de projetos de leis orçamentárias municipais, com a finalidade de promover o contínuo aumento de efetividade das contribuições apresentadas pela população às propostas orçamentárias;

IV - produzir, em conjunto com a DIPROJ, estudos e análises e propor ações relacionadas à regionalização do gasto público, visando a subsidiar a implantação e a avaliação de políticas públicas adequadas às necessidades de cada região do território municipal, e a aumentar a efetividade do gasto público e da participação social no planejamento orçamentário;

V - acompanhar, avaliar e monitorar, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, a execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos Anuais, inclusive quanto à regionalização dos gastos, visando à consecução das atribuições elencadas nos incisos deste

artigo;

VI - estabelecer e aprimorar metodologias de monitoramento das ações vinculadas ao Plano Plurianual em termos orçamentários;

VII - manifestar-se nas propostas que impliquem aumento ou alteração das despesas orçamentárias, quanto à compatibilidade com os instrumentos de gestão e planejamento municipais em vigor;

VIII - exercer outras atribuições compatíveis com sua área de atuação.” (NR)

Art. 9º O artigo 65 do Decreto nº 58.030, de 12 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a alteração do “caput” e dos incisos I, II, III, IV, V e VI e acrescido dos incisos VII e VIII, nos seguintes termos:

“Art. 65. A Divisão de Projeções Orçamentárias – DIPROJ tem as seguintes atribuições:

I - desenvolver metodologias e mecanismos para coletar, processar, produzir e gerir dados, informações e conhecimentos, sob a ótica orçamentária, de forma a realizar projeções para subsidiar a tomada de decisão por parte da Administração Pública Municipal, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos;

II - proceder, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, ao controle e acompanhamento gerencial da execução orçamentária e, quando conveniente ou oportuno, da execução físico-financeira das despesas da Administração Pública Municipal Direta, bem como das empresas públicas, inclusive de empresa estatal dependente, das autarquias, das fundações e dos fundos municipais;

III - mapear e monitorar as principais fontes de pressão orçamentária ao longo da execução orçamentária anual;

IV - mapear os principais projetos em planejamento e em execução ao longo do exercício corrente, avaliando-

-os em termos orçamentários;

V - produzir, em conjunto com a DIAPRI, estudos e análises e propor ações relacionadas à regionalização do gasto público, visando a subsidiar a implantação e a avaliação de políticas públicas adequadas às necessidades de cada região do território municipal, e a aumentar a efetividade do gasto público e dos instrumentos de planejamento orçamentário;

VI - manter fluxo atualizado de informações relativas aos principais grupos de despesa, incluindo previsões, realizações e eventuais pressões;

VII - manifestar-se nas propostas que impliquem aumento ou alteração das despesas orçamentárias, quanto aos potenciais impactos orçamentários, considerando o orçamento aprovado e em vigor;

VIII - exercer outras atribuições compatíveis com sua área de atuação.” (NR)

Art. 10. Ficam alterados os cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal da Fazenda constantes do Anexo Único deste decreto, com suas denominações e lotações alteradas na conformidade da coluna Situação Nova do Cargo.

Art. 11. Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 58.030, de 12 de dezembro de 2017:

I - as alíneas “a” e “b” do inciso I do artigo 7º;

II - o inciso III do artigo 7º;

III - os incisos IX e X do artigo 64; e,

IV - os artigos 61, 62 e 66.

Art. 12. Esse decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 8 de março de 2022, 469º da Fundação de São Paulo.







**DECRETO Nº 61.117, DE 8 DE MARÇO DE 2022**

Declara de interesse social, para desapropriação, os imóveis particulares que especifica, situados no Distrito do Morumbi,

Subprefeitura do Butantã, necessários à implantação de núcleo habitacional destinado à população de baixa renda.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e na conformidade do disposto no artigo 2º, inciso V, da Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para serem desapropriados judicialmente ou adquiridos mediante acordo, os imóveis particulares situados no Distrito do Morumbi, Subprefeitura do Butantã, necessários à implantação de núcleo habitacional destinado à população de baixa renda, contidos na área de 10.895,00m² (dez mil, oitocentos e noventa e cinco metros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-

12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-1, indicado na planta P-33.364-A0, do arquivo do Departamento de Desapropriações, cuja cópia se encontra no documento 057775286 do processo administrativo SEI nº 6014.2021/0002773-5.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 8 de março de 2022, 469º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS, Secretário Municipal de Habitação

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo

Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 8 de março de 2022.

**DECRETO Nº 61.118, DE 8 DE MARÇO DE 2022**

Confere nova redação aos artigos 52, 59 e 60 do Decreto nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo, estabelecendo procedimentos e outras providências correlatas para garantir o direito de acesso à informação, conforme especifica.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Os artigos 52, 59 e 60 do Decreto nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. A Comissão Municipal de Acesso à Informação

- CMAI será integrada pelos seguintes membros:

I - o Secretário de Governo Municipal;

II - o Secretário Municipal de Justiça;

III - o Secretário Especial de Comunicação;

IV - o Secretário Municipal da Fazenda;

V - o Secretário Municipal das Subprefeituras;

VI - o Secretário Municipal de Direitos Humanos e

Cidadania;

VII - o Controlador Geral do Município;

VIII - um representante do Gabinete do Prefeito.

§ 1º Os Secretários Municipais referidos nos incisos I a

VI deste artigo poderão indicar para representá-los o

Secretário Adjunto ou o Chefe de Gabinete ou, quando não houver Secretário Adjunto, um servidor ocupante de cargo ou função diverso, a seu critério.

§ 2º O Controlador Geral do Município poderá indicar para representá-lo o Chefe de Gabinete.

§ 3º A Secretaria Executiva da Comissão Municipal de Acesso à Informação - CMAI ficará a cargo da Controladoria Geral do Município.” (NR)

“Art. 59. A presidência da Comissão Municipal de Acesso à Informação - CMAI será exercida pelo Controlador Geral do Município.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão exercerá, além do voto ordinário, também o de qualidade nos casos de empate nas votações do colegiado.” (NR)

“Art. 60. A Comissão Municipal de Acesso à Informação

- CMAI aprovará seu regimento interno, que disporá sobre sua organização e funcionamento.

Parágrafo único. O regimento interno deverá ser publicado no Diário Oficial da Cidade no prazo de até

90 (noventa) dias após a instalação da Comissão ou após qualquer modificação aprovada pelo colegiado já instalado.” (NR)

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 8 de março de 2022, 469º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

DANIEL GUSTAVO FALCÃO PIMENTEL DOS REIS, Controlador Geral do Município

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 8 de março de 2022.

**DECRETO Nº 61.119, DE 8 DE MARÇO DE 2022**

Revoga os Decretos nº 57.169, de 29 de julho de 2016, e 58.096, de 21 de fevereiro de 2018.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados os Decretos nº 57.169, de 29 de julho de 2016, e 58.096, de 21 de fevereiro de 2018, que declararam de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis particulares situados no Distrito Raposo Tavares, Subprefeitura do

Butantã, necessários à implantação do Terminal Raposo Tavares.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 8 de março de 2022, 469º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 8 de março de 2022.

**DECRETO Nº 61.124, DE 8 DE MARÇO DE 2022**

Introduz alterações no Decreto nº 58.831, de 1º de julho de 2019, que instituiu o Sistema TÔ LEGAL, o qual, estabeleceu procedimentos para a outorga, pela via eletrônica, da permissão e da autorização das atividades que especifica, para fins de comércio e da prestação de serviços de âmbito local, por meio de sistema eletrônico no Portal da Prefeitura de São Paulo na

Internet, bem como instituiu a Portaria de Autorização e criou a Supervisão de Controle do Uso do Espaço Público – SCUEP

(atual Divisão de Controle do Uso do Espaço Público), no Departamento Geral de Uso e Ocupação do Solo – DEGUOS, na

Secretaria Municipal das Subprefeituras, objetivando a inclusão, nesse sistema, das feiras livres, mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da forma como são geridos e mantidos os dados referentes às feiras livres, mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais;

CONSIDERANDO que a inclusão dos procedimentos e expedição dos Termos de Permissão de Uso para feiras livres, mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais no âmbito do Sistema TÔ LEGAL trará inúmeros benefícios ao serviço público a ser prestado e aos permissionários, tendo em vista a facilidade, celeridade e eficiência presentes na via eletrônica, DECRETA:

Art. 1º Os artigos 1º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º e 29 do Decreto nº

58.831, de 1º de julho de 2019, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica instituído o Sistema TÔ LEGAL, que estabelece procedimentos para a outorga, pela via eletrônica, da permissão e da autorização das atividades que especifica, com vistas a regular a utilização de vias, logradouros e equipamentos públicos para fins de comércio e da prestação de serviços de âmbito local, nos termos dos §§ 4º e 5º do “caput” do artigo 114 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, por meio de sistema eletrônico no Portal da Prefeitura de São Paulo na Internet.

§ 1º O disposto no “caput” deste artigo aplica-se aos

Termos de Permissão de Uso para serviços de compartilhamento de bicicletas, ao compartilhamento de patinetes, ao comércio ou prestação de serviços ambulantes, à venda de flores e comida de rua, à instalação de mesas, cadeiras e toldos em passeio público, à instalação de bancas de jornais e revistas, à prestação de serviços de “valet”, às feiras livres, mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais, bem como de outros que venham a ser expedidos pela via eletrônica, respeitadas as disposições constantes da legislação específica aplicável para cada tipo de atividade.

....................................................................................

.........”(NR)

“Art. 3º Os documentos referentes à permissão e autorização de uso de que trata o artigo 1º deste decreto, assim como, quando for o caso, os Cartões de Identificação, deverão ser impressos pelo próprio interessado após a respectiva expedição, outorga ou revalidação, e devem ser afixados em local visível ao público, bem como estarem acompanhados de eventuais outros documentos que se fizerem necessários, de acordo com a natureza da atividade e a respectiva legislação específica.

....................................................................................

...................

§ 3º O disposto no “caput” deste artigo aplica-se, inclusive, aos documentos emitidos anteriormente à data de implantação e de ampliação do Sistema TÔ LEGAL, cujos Termos de Permissão de Uso e Cartões de Identificação, quando for o caso, serão expedidos com nova numeração e em conformidade com os modelos padronizados do sistema, contendo os dados constantes dos respectivos termos originais.” (NR)

“Art. 6º Caberá às Subprefeituras ou ao Departamento de Abastecimento – ABAST, da Secretaria Executiva de

Abastecimento - SEABAST, da Secretaria Municipal das

Subprefeituras, por meio de suas divisões, no âmbito de suas competências, prestar todas as informações necessárias aos interessados, com vistas à adequação dos requerimentos aos requisitos previstos na legislação.

§ 1º O interessado poderá solicitar a retificação de erros de dados constantes dos documentos expedidos pelo Sistema TÔ LEGAL por meio de requerimento dirigido à Subprefeitura responsável ou, quando for o caso, ao Departamento de Abastecimento – ABAST, mediante processo eletrônico a ser analisado pela unidade competente.

§ 2º Ao término da análise, o órgão responsável deverá publicar o despacho no Diário Oficial da Cidade e inserir as alterações e/ou correções necessárias no Sistema TÔ LEGAL.

§ 3º Caso a análise resulte na expedição de novo documento, será necessário atualizar o banco de dados no Sistema TÔ LEGAL para a emissão do documento e eventual atualização do respectivo preço público.

§ 4º O disposto no “caput” deste artigo aplica-se, inclusive, a permissionários de feiras livres, mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais, os quais, em seu primeiro acesso ao Sistema TÔ LEGAL, poderão solicitar a retificação de erros de dados migrados de sistema existente e constantes dos documentos expedidos pelo Sistema TÔ LEGAL.” (NR)

“Art. 7º ........................................................................

.................

§ 2º Além da análise e decisão dos requerimentos, cabe às Subprefeituras ou, quando for o caso, ao Departamento de Abastecimento – ABAST, da Secretaria Executiva de Abastecimento - SEABAST, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, a inserção do respectivo resultado no sistema, bem como dos dados necessários para a expedição do documento e para a cobrança do respectivo preço público.” (NR)

“Art. 8º Incumbem às Subprefeituras ou, quando for o caso, ao Departamento de Abastecimento – ABAST, o levantamento e a inclusão, no sistema eletrônico, dos dados dos Termos de Permissão de Uso expedidos até a data de implantação do Sistema TÔ LEGAL.

§ 1º Cabe:

I - às Subprefeituras, o levantamento e inclusão de Termos de Permissão de Uso expedidos em sua circunscrição territorial;

II – ao Departamento de Abastecimento - ABAST, por meio da Divisão de Feiras Livres – DFL, da Divisão de Equipamentos de Abastecimento – DEA e outras unidades no âmbito de suas competências, o levantamento, inclusão e consolidação, no Sistema TÔ LEGAL, dos dados referentes às feiras livres, mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais.

§ 3º Incluem-se entre os dados referidos no inciso II do § 1º deste artigo àqueles constantes de Termos de

Permissão de Uso, Cartões de Identificação e matrículas emitidos mediante processo administrativo, físico ou eletrônico, até a data de implantação e/ou ampliação do sistema TÔ LEGAL.

§ 4º Para a consecução do disposto neste artigo, se necessário, deverão ser desarquivados processos, bem como realizadas vistorias.” (NR)

“Art. 9º Os pedidos de Termos de Permissão de Uso protocolizados até a data da implantação e, posteriormente, das ampliações do Sistema TÔ LEGAL, ainda sem despacho decisório, deverão ter os seus dados inseridos no sistema e a sua análise, por meio de processo administrativo, físico ou eletrônico, finalizada pela respectiva Subprefeitura ou pelo órgão competente.

§ 1º Quando se tratar de Termo de Permissão de Uso para a instalação de atividade em logradouro público, exceto feiras livres, até o término da análise, os locais indicados nas solicitações de que trata o “caput” deste artigo deverão constar como indisponíveis no sistema, para fins de novas solicitações.

....................................................................................

...................

§ 4º O disposto no “caput” deste artigo aplica-se, também, a pedidos de Termos de Permissão de Uso para feiras livres, mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais protocolizados no Departamento de Abastecimento – ABAST, da Secretaria Executiva de Abastecimento - SEABAST.

§ 5º Os pedidos mencionados no § 4º deste artigo, ainda sem despacho decisório até a data da edição do decreto que incluiu as feiras livres, mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais no Sistema TÔ LEGAL, deverão ter a sua análise finalizada pela unidade competente do Departamento de Abastecimento

– ABAST, da SEABAST, por meio do processo administrativo original, físico ou eletrônico, observado o disposto no § 2º deste artigo, conforme o caso.” (NR)

“Art. 29. ......................................................................

.................

Parágrafo único. A adoção das medidas a que se referem o “caput” deste artigo independe das ações fiscalizatórias relativas à verificação do cumprimento da legislação específica ao uso do espaço público por parte dos órgãos competente.” (NR)

Art. 2º O Decreto nº 58.831, de 2019, passa a vigorar acrescido do Artigo 2º-A e do Capítulo II-A, contendo os Artigos 10-A, 10-B e 10-C, bem como do Artigo 28-A, com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. Compete ao Departamento de Abastecimento – ABAST, da Secretaria Executiva de Abastecimento - SEABAST, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, responsável pela administração do equipamento público, deliberar quanto às áreas públicas que poderão ser utilizadas para o comércio e prestação de serviços.” (NR)

“CAPÍTULO II-A

DAS FEIRAS, MERCADOS, SACOLÕES E CENTRAIS DE ABASTECIMENTO MUNICIPAIS

Art. 10-A. Para fins de enquadramento na tabela anexa ao decreto anual de fixação do valor do preço de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo, visando o cálculo do preço público devido em virtude do uso de espaços em mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais, os ramos de comércio serão considerados da seguinte forma:

I - produtos hortifrutícolas: hortifrutícola, comércio atacadista de frutas, verduras, legumes e outros assemelhados;

II - lanchonetes e similares: lanchonete, lanchonete típica, pastelaria, doçaria, choperia, casa de suco, café, padaria, restaurante, restaurante típico e demais serviços de alimentação assemelhados, que tenham autorização prévia e expressa da Secretaria Executiva de Abastecimento - SEABAST para a degustação e/ou consumo “in loco”;

III - outros produtos: todos aqueles que não se enquadrem nas hipóteses referidas nos incisos I e II deste artigo.

Art. 10-B. Poderá ser permitida, a título precário e oneroso, a utilização de mesas e cadeiras fora dos limites dos boxes, módulos e bancas, mediante prévia solicitação das permissionárias interessadas e após expressa autorização da Secretaria Executiva de Abastecimento - SEABAST.

§ 1º A utilização de que trata o “caput” deste artigo só será permitida quando, nos corredores, for respeitado o limite mínimo de 2 (dois) metros de largura, liberados para a circulação dos frequentadores.

§ 2º Para a utilização do espaço, devem ser colocados equipamentos adequados, respeitando-se as normas higiênico-sanitárias vigentes e vedadas as improvisações.

§ 3º Os espaços utilizados para a colocação das mesas e cadeiras devem ser mantidos em perfeitas condições de higiene.

§ 4º Caso não sejam obedecidas as normas previstas nos §§ 1º a 3º deste artigo, ou a critério da Secretaria Executiva de Abastecimento - SEABAST, poderá ser cessada a permissão para a utilização de mesas e cadeiras fora dos limites dos boxes, módulos e bancas.

Art. 10-C. Caberá ao Departamento de Abastecimento – ABAST/SEABAST, no âmbito das competências que lhe são afetas, sem prejuízo das suas demais atribuições:

I - prestar todas as informações necessárias aos interessados, em especial aquelas destinadas a auxiliá-los a sanear os seus impedimentos;

II – indicar e manter atualizada a relação de servidores que terão acesso ao Sistema TÔ LEGAL, observando os diferentes perfis para inserção, atualização e correção de dados cadastrados, consulta e emissão de relatórios;

III – cadastrar, consolidar e manter atualizados, no Sistema TÔ LEGAL, os dados referentes a feiras livres, mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais;

IV – cadastrar, consolidar e manter atualizados, no Sistema TÔ LEGAL, os dados referentes a Termos de Permissão de Uso para feiras livres, mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais.

§ 1º Compete à Divisão de Feiras Livres – DFL, do Departamento de Abastecimento – ABAST, da SEABAST, cadastrar e manter atualizados, no Sistema TÔ LEGAL, os dados das feiras livres, incluindo as faces de quadra por elas ocupadas em vias e logradouros públicos, definidas pelos locais de início e fim de cada feira, além de outras informações necessárias, tais como padrão da feira e quantidade de vagas por grupo de comércio.

§ 2º Incube também à Divisão de Feiras Livres – DFL, do ABAST/SEABAST, cadastrar e manter atualizados, no Sistema TÔ LEGAL, os Termos de Permissão de Uso emitidos para feiras livres, bem como apontar nomenclatura e número dos grupos de comércio que constarão dos documentos.

§ 3º Compete à Divisão de Equipamentos de Abastecimento – DEA, do ABAST/SEABAST, cadastrar e manter atualizados, no sistema TÔ LEGAL, os dados dos mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais, bem como inserir e atualizar no sistema valores necessários ao cálculo do preço público devido por cada permissionário.

§ 4º Incumbe também à Divisão de Equipamentos de

Abastecimento – DEA, do ABAST/SEABAST, cadastrar e manter atualizados, no Sistema TÔ LEGAL, os Termos de Permissão de Uso emitidos para mercados, sacolões e centrais de abastecimento municipais e apontar nomenclatura e número dos grupos de comércio que constarão dos documentos.” (NR)

“Art. 28-A. O recolhimento do preço público devido em virtude da permissão ou da autorização referidos no artigo 1º deste decreto dar-se-á por meio de emissão da guia DAMSP (Documento de Arrecadação do Município de São Paulo) pelo Sistema TÔ LEGAL e seu posterior pagamento na rede bancária.” (NR)

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 8 de março de 2022, 469º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

ALEXANDRE MODONEZI, Secretário Municipal das Sub prefeituras

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 8 de março de 2022.

**SECRETARIAS**

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO

 **GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO**

**ATA Nº 1/2022 - REUNIÃO DA COMISSÃO DE**

**GESTÃO DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS**

**ANEXO IV - CRITÉRIOS E MEIOS DE VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS**

**9 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo**

Indicador: 57 (Referente à meta 57 do Programa de Metas

2021-2024)

Descrição: Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda.

Meios de verificação: I) Arquivo para abertura de conta dos beneficiários do Programa Operação Trabalho, em suas diversas modalidades; II) Arquivo para abertura de conta dos beneficiários do Programa Bolsa Trabalho, em suas diversas modalidades; III) Base de gestão com relação de colocados pela Intermediação de Mão de Obra dos Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cates); IV) Relatório da plataforma com número de participantes em cursos de qualificação à distância promovidos pela Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura oferecidos no Portal do Cate; V) Lista de presença de participantes de oficinas oferecidas pelos Cates; VI) Lista de presença de participantes de oficinas e cursos para geração de renda ligadas à educação alimentar e nutricional oferecidos pela Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional; VII)

Lista de presença de participantes de oficinas, cursos de qualificação profissional e ensino técnico oferecidos pela Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura; VIII) Relatório constante no processo de pagamento da empresa que operacionaliza os Cates contendo listagem referente aos processos seletivos intermediados pelos Cates; IX) Relatório constante no processo de pagamento da empresa que operacionaliza os Cates contendo listagem referente aos encaminhamentos para vagas de emprego por meio dos Cates.

Indicador: 58 (Referente à meta 58 do Programa de Metas

2021-2024)

Descrição: Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor.

Meios de verificação: I) Registro no sistema “Eu sou MEI” de atendimentos presenciais aos Microempreendedores Individuais nos Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cates); II) Lista de atendimentos presenciais e registro de atendimentos remotos com duração mínima de um minuto, acompanhado de relatório extraído da plataforma utilizada, no âmbito do Programa Teia; III) Lista de atendimentos presenciais e relatório da empresa executora contendo atendimentos remotos realizados, captura de tela da plataforma utilizada e lista de presença, no âmbito do Programa Fábrica de Negócios; IV)

Publicação em Diário Oficial dos selecionados para participar do programa “VAI TEC” acompanhada de lista de presença dos eventos realizados; V) Lista de presença e relatórios de cursos de capacitação básica e avançada da Ade Sampa e relatório mensal enviado pela empresa gestora contendo lista de participantes em encontros do programa “VAI TEC” e “Green Sampa”; VI) Lista de atendimentos presenciais e registro de atendimentos remotos de orientações sobre empreendedorismo da Ade Sampa; VII) Registro no sistema “Eu sou MEI” de atendimentos presenciais nos postos da Ade Sampa e relatório com dados de atendimentos remotos realizados, segregados em relatório de ferramenta de telefonia, controle de aplicativo de troca de mensagens e e-mail (contabilização de mensagens na caixa de entrada) pela Ade Sampa, inclusive os voltados à concessão de microcrédito; VIII) Publicação em Diário Oficial dos selecionados para participar do programa “Green Sampa”, acompanhada de lista de presença dos eventos realizados; IX)

Lista nominal de credenciadas no programa “Mãos e Mentes Paulistanas”; X) Lista de atendimentos realizados no Programa

"SP Coopera"; XI) Lista nominal de certificados emitidos em capacitações do programa “SP Coopera”.

Indicador: 71 (Referente à meta 71 do Programa de Metas 2021-2024)

Descrição: Implementar 60% do Plano de Turismo Municipal - Perspectiva 2030.

Meios de verificação: I) Para estudos e projetos realizados: relatório contendo informações levantadas e data de apresentação ao Conselho Municipal de Turismo (Comtur); II) Para reestruturação organizacional: relatório contendo informações sobre a implantação de unidade no órgão e lista de servidores alocados na área; III) Para implantação de sistemas: relatório com informações sobre sistema implantado e em funcionamento; IV) Para pesquisas, projeções, levantamentos, mapeamentos, análises e afins: relatório das informações coletadas e link de acesso ao documento publicado, se houver; V) Para atualização de dados: link com dados da oferta de turismo e relatório com atualizações realizadas; VI) Para normativos: número e ano de publicação ou minuta de projeto; VII) Para instituição e funcionamento de grupos de trabalho e comissões: relatório contendo grupos de trabalho e/ou comissões instituídas e ata de reuniões realizadas; VIII) Para eventos, palestras, visitas técnicas, fóruns, cursos de formação e afins: lista de presença, registros fotográficos ou captura de tela de evento realizado em meio virtual e e-mail ou notícia com divulgação do evento; IX) Para campanhas, ações de incentivo ao turismo, elaboração de guias, manuais e afins: processo SEI, relatório de eventos realizados, e-mails de divulgação, link de acesso, materiais desenvolvidos, registros fotográficos e documentação comprobatória emitida pela unidade responsável pelo programa.

Indicador: 73.2 (Referente à meta 73 do Programa de Metas 2021-2024)

Descrição: Investimentos, em R$, declarados pelas empresas atendidas no âmbito do Programa de Atração e Retenção de Investimentos para o Município de São Paulo e pelas empresas participantes do Programa de Apoio à Internacionalização de Empresas Paulistanas

Meios de verificação: I) Formulários de Atendimento ao Investidor (FAI); II) Formulários de Atendimento e de Expectativas de Negócios, devidamente assinados.

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**PORTARIA Nº 05/FPETC/2022**

Dispões Sobre a Comissão Permanente de licitação da

FPETC.

Maria Eugênia Ruiz Gumel, Diretora Geral da Fundação

Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, no uso de suas atribuições legais e diante do disposto no art. 51, §4º, da Lei

Federal n.º 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitação desta Fundação, para todas as modalidades, na seguinte conformidade:

PRESIDENTE: Luciana Kulik Camargo – RF 771.370-3

1º PRESIDENTE SUPLENTE: Mayra Brito dos Santos Leite –

RF 815.235-7

EQUIPE DE APOIO:

Cecília Gonçalves – RF 516.575-0

Diomar Araújo Barbosa - RF 806.901-8

Marcos Aurélio Ramos da Silva - RF 853.404-7

Leandro Brandi dos Santos – RF 793.262-6

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 60/FPETC/2021.

**D E S P A C H O A U T O R I Z A T Ó R I O S E I N º**

**8110.2020/0000060-3**

ASSUNTO: Contratação para prestação de serviços de locação de Central de Comunicação de Voz Híbrida, com DDR, com serviço de instalação, com gerenciamento e com manutenção –

Item II, equipamento I, cujas características técnicas encontram-

-se descritas na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços.

Autorização para adesão a Ata de R.P. 009/SG-COBES/2019. l.

Aditamento 2ª Aditivo. Possibilidade.

I - No uso das atribuições que me foram conferidas, com fulcro na Lei Federal 8.666/93, artigo 57, inciso II, Lei Municipal 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal 4.279/2003, AUTORIZO o aditamento nº 02 ao Termo de Contrato n.º 02/FPETC/2020, firmado com a empresa R&A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA, inscrita no CNPJ/ MF sob o nº 54.561.071/0001-92, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 11/03/2022, que tem por objeto os serviços de locação de Central de Comunicação de Voz Híbrida, com DDR, com serviço de instalação, com gerenciamento e com manutenção, com cláusula resolutiva relativa à rescisão da execução dos serviços a serem realizados na Sede da Fundação, no momento em que ocorrer a mudança de endereço, conforme SEI (059631071). O presente aditamento se faz Para atender a necessidades da sede da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti e do Centro de Formação Cidade Tiradentes, pelo valor global estimado de R$ 15.650,36 (quinze mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), onde, para a Sede da Fundação Paulistana, o valor total estimado é de R$ 6.137,96 (seis mil cento e trinta e sete reais e noventa e seis centavos), sendo R$ 5.209,92 (cinco mil duzentos e nove reais e noventa e dois centavos) o valor principal e R$ 860,82 (oitocentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos) o valor do reajuste; Para o Centro de Formação Culturar Cidade Tiradentes, o valor estimado total é de R$ 4.923,69 (quatro mil novecentos e vinte e três reais e sessenta e nove centavos), sendo R$ 4.165,92 (quatro mil cento e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos) o valor principal e R$ 690,55 (seiscentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos) o valor do reajuste; Para a Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, o valor estimado total é de R$ 4.588,71 (quatro mil quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos), sendo R$ 3.877,92 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos) o valor do principal e R$ 643,57 (seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e sete centavos) o reajuste.

II – Em consequência, fica autorizada a emissão das respectivas notas de empenho, onerando as dotações 80.10.12.3 63.3019.2.881.3.3.90.39.0000, referente à Escola e ao CFCCT, no valor de R$ 7.693,17 (Sete Mil e Seiscentos e Noventa e Três Reais e Dezessete Centavos) e a dotação 80.10.12.122.3024.2

.100.3.3.90.39.0000, referente à Sede, no valor de R$ 4.959,67 (Quatro Mil e Novecentos e Cinquenta e Nove Reais e Sessenta e Sete Centavos) do presente exercício. Para o próximo exercício, deverá ser onerada dotação própria.

**D E S P A C H O A U T O R I Z A T Ó R I O S E I N º**

**8110.2021/0000627-1**

INTERESSADA: REGINA VIEIRA DE SOUZA PIRES.

ASSUNTO: Solicitação de rescisão contratual amigável, de oficineira selecionada pelo Edital 02/2020 para ministrar oficinas do projeto ELABORA. Rescisão amigável.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei, nos termos do art. 57 do Decreto 44.279/2003, que regulamentou a Lei 13.278/2002, e item 14, subitem 14.2.1 do Edital de Credenciamento nº 02/2020(SEI Nº 050739759), e ainda, com base nos demais elementos constantes do presente, em especial a solicitação e manifestação SEI n.º 059305507/ 059306978 e o Parecer FUNDATEC/AJ n.º 059407641, RESCINDO BILATERALMENTE, a partir de 23/03/2022, o Termo de Contrato nº 005/ FPETC/2021 com a oficineira Sra. REGINA VIEIRA DE SOUZA PIRES, inscrita no CPF/MF sob o n.º 259.294.478-88, selecionado pelo Edital 02/2020, para ministrar oficinas do projeto ELABORA, nos termos do item 14, subitem 14.2.1 do Edital de Credenciamento nº 02/2020.

**SERVIDORES PAG. 37**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO ETURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**LICENÇA MÉDICA DO SERVIDOR – RECOMENDAÇÃO DO HSPM E/OU REDE PÚBLICA DE SAÚDE.**

Concedido(s) 05 dia(s), nos termos do artigo 143, da Lei nº 8.989, de 1979, na forma prevista no artigo 38, do Decreto nº 58.225/2018.



**EDITAIS PAG. 48**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**PROCESSO SEI Nº 8110.2022/0000186-7**

**EDITAL Nº 05/FPETC/2022**

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA DE

SELEÇÃO DE PROFESSOR INTÉRPRETES DE LIBRAS/ LÍNGUA

PORTUGUESA, PARA O EDITAL 05/2022 - ESCOLA MUNICIPAL

DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SAÚDE PÚBLICA “PROF. MAKIGUTI”, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC

DESTINAÇÃO: EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS

FÍSICAS

Nesse período, a Fundação Paulistana, recebeu 04 (quatro) propostas de inscrição e as análises foram feitas por ordem de inscrição, segundo os critérios dispostos no Edital 05/2022.

Desse modo, segue a classificação PARCIAL dos candidatos

DEFERIDOS, nos critérios citados:



**AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO**

GABINETE DO PRESIDENTE

**EXTRATO EDITAL 08/2022**

PROCESSO SEI 8710.2022/0000064-1

OBJETO: SELEÇÃO DE 50 (CINQUENTA) EXPOSITORES PARA

AS FEIRAS LITERÁRIAS Teia 22+100.

As inscrições são gratuitas e ocorrerão de 08 de março de

2022 a 21 de março de 2022 por meio do link: https://bit.ly/chamamento-feira-

-teia-22-100

LISTA DE ENDEREÇOS DAS EXPOSIÇÕES, CRITÉRIOS OBJETIVOS E DEMAIS REGRAS CONSTASM DO https://bit.ly/chamamento-feira-teia-22-100

**EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO SEI 8710.2021/000039-3

CONTRATO: 012/2022

CONTRATANTE: AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO – ADE SAMPA

CONTRATADA: PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES CONTABILIDADE EIRELI-ME - CNPJ: 11.385.969/0001-44 –

PARECER AJ N° 058614106

DATA DO PARECER: 11/02/2022

CARTA CONVITE: CONVITE EM SESSÃO TELEPRESENCIA

OBJETO: ASSESSORIA CONSULTA CONTABIL - UNIDADE:

ADE SAMPA

VALOR: R$ 42.600,00 (quarenta e dois mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 03 de março de 2022

**LICITAÇÕES PAG. 61**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHOS DA SECRETÁRIA**

**6064.2021/0000010-4**

I - No exercício da competência que me foi atribuída por Lei, à vista dos elementos contidos no presente, especialmente as manifestações do Departamento de Administração e Finanças e dos Fiscais (056447845 e 057580716) e o parecer da Assessoria Jurídica, com fundamento nos artigos 77, 78, inciso I, 79, inciso I e 80 todos da Lei nº 8.666/93 e Subcláusula 8.4 da Cláusula Oitava do Contrato n. 02/2021/SMDET, **AUTORIZO** a **RESCISÃO UNILATERAL** do contrato n. 02/2021/SMDE celebrado com a empresa **KGA DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA EIRELI,** inscrita no CNPJ n. 24.784.257/0001-40, cujo objeto consiste na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo, por motivo de descumprimento contratual.

**6064.2017/0000700-4**

I – No exercício da competência que me foi confiada por Lei, **RETIFICO**, o Despacho Autorizatório sob doc. 059193760, publicado em 25 de fevereiro de 2022, página 60, do Diário Oficial da Cidade de São Paulo, onde se lê:

"IV- Em consequência, AUTORIZO a emissão da Nota de

Empenho, que onerará as dotações orçamentárias 30.10.11.122

.3024.2100.33903900.00 do exercício financeiro vigente, leia-se:

"IV- Em consequência, AUTORIZO a emissão da Nota de

Empenho, que onerará a dotação orçamentária 30.10.08.605.30

16.4470.3390390000 do exercício financeiro vigente."

**6064.2022/0000202-8**

I - No exercício das atribuições a mim conferidas por Lei, à vista dos elementos de convicção presentes nos autos, com fundamento nos dispositivos das Leis Federais n. 10.520/02 e n. 8.666/93, da Lei Municipal n. 13.278/02, regulamentada pelo Decreto n. 44.279/03, artigo 1º do Decreto n. 54.102/13, **AUTORIZO**, com fundamento na Portaria n. 18/SMDT/2021, a **abertura de certame** licitatório na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, com participação exclusiva, e aprovo o edital doc. 059434693, para aquisição de água mineral natural ou potável de mesa acondicionada em garrafões de 20 litros, classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança devidamente acondicionado em plástico protetor, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência anexo I do Edital de Pregão;

II - Nos termos do Decreto 46.662/05, DESIGNO a servidora Mariana Paschoal dos Santos, RF 885.658.3 - Pregoeira, para conduzir o procedimento licitatório, mediante equipe relacionada na Portaria SMDET n. 25 de 13/08/2019.

**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

**6064.2022/0000202-8**

Acha-se aberta na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo - SMDET da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022/SMDET, OC nº 801007801002022OC00002, tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo”, com fundamento na Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Complementar 123/2006, Lei Municipal n. 13.278/2002, Decretos Municipais n. 43.406/2003, 44.2279/03, 46.662/05, 52.091/2011.

52.102/2013, 56.475/15, 58.400/18, e demais normas complementares aplicáveis.

**Processo Administrativo nº. 6064.2022/0000202-8 –**

**Pregão Eletrônico nº 002/2022/SMDET**

**OBJETO**: Aquisição, sob demanda, de água mineral natural ou potável de mesa acondicionada em garrafões de 20 l. (vinte litros), classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança devidamente acondicionado em plástico protetor, conforme condições, exigências e estimativas estabelecidas no Edital e seus anexos.

**Início da Sessão: 22/03/2022 – terça-feira - 10:30 horas.**

Endereço: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Avenida São João, 473 – 5º andar – CENTRO - CEP. 01035-000 – São Paulo SP.

O edital e seus anexos estão disponíveis gratuitamente através dos endereços eletrônicos da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP: <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov>. br ou pela Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)